



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do Conselho Nacional de Justiça

3º Trimestre de 2022



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Sumário

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	4
Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Práticas Contábeis	4
Políticas Contábeis.....	4
Mensuração de Ativos e Passivos	4
Depreciação	5
Amortização.....	5
Ressalvas	6
Notas Explicativas.....	7
NOTA I – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas	7
Variações patrimoniais aumentativas	8
Variações patrimoniais diminutivas	10
NOTA II – Análise Patrimonial	12



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Ativo	13
Passivo	17
NOTA III – Execução do Orçamento do CNJ.....	19
Execução da Despesa	20
Execução da Despesa por Grupos	22
NOTA IV – Restos a Pagar	28
NOTA V – Descentralização Orçamentária – Créditos Concedidos e Recebidos via TED	32
Créditos concedidos	33
Créditos recebidos.....	35



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DC's) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, da Lei 6.404/1976 e do Decreto 93.872/1986. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – **NBC TSP** – emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, além das orientações apresentadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª edição. Os demonstrativos analisados foram: **Balanco Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Balanco Orçamentário; Balanco Financeiro; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração de Fluxo de Caixa.**

Políticas Contábeis

Mensuração de Ativos e Passivos

Os critérios de avaliação seguem as NBC TSP: os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor; o imobilizado é mensurado pelo seu custo; os intangíveis são mensurados inicialmente ao custo; e os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, apropriando-se as obrigações trabalhistas pelo princípio da competência, como férias e 13º salário.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Depreciação

O CNJ adota as taxas de depreciação e vida útil aplicadas aos ativos enumeradas na Macrofunção SIAFI 02.03.30 - Depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações principalmente em relação às regras de cálculo da vida útil, valor residual e cota de depreciação bem como a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado.

O sistema patrimonial do CNJ (GEAFIN) emite relatório com as depreciações mensais utilizando o método das cotas constantes e a Seção de Contabilidade realiza o lançamento no SIAFI, pois os sistemas não são interligados.

A depreciação de bens imóveis fica a cargo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) no Ministério da Economia. O cálculo das cotas é feito por meio do Sistema SPIU-Net e lançado no SIAFI pela Coordenadoria de Contabilidade da União automaticamente todos os meses.

Amortização

Para os intangíveis, seguimos a NBC TSP 08 – Ativo Intangível.

Os bens passíveis de amortização no CNJ são as licenças de softwares. A vida útil de todos os softwares será de 5 (cinco) anos. Uma nova análise da vida útil pode ser realizada pelo Departamento de Tecnologia da Informação sempre que surgirem fatos novos que ensejem a revisão. O CNJ não possui software classificado como vida útil indefinida.

Mensalmente, o sistema patrimonial do CNJ emite relatório com a cota de amortização com a seguinte regra de cálculo:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

COTA DE AMORTIZAÇÃO MENSAL = [(CUSTO DE AQUISIÇÃO – VALOR RESIDUAL) / VIDA ÚTIL*]/12

** Via de regra, a vida útil é de 5 anos e o valor residual é zero.*

Ademais, também ocorre o acompanhamento das licenças cuja vida útil se aproxima do fim (5 anos após o início da utilização). O setor responsável pelo controle é acionado e responde se a baixa pode ser realizada ou não.

Ressalvas

Apesar do atual sistema patrimonial estar preparado para efetuar a reavaliação dos ativos, é necessária mobilização de pessoal para compor as comissões de reavaliação. A logística é um desafio a ser resolvido pela Administração.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Notas Explicativas

NOTA I – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

As Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA's correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade. No sentido oposto, as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD's correspondem a uma diminuição.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2022	2021	Análise Horizontal (2022 x 2021)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	886.828.509,62	170.281.906,23	420,80%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	830.951.757,37	146.530.603,49	467,08%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	55.876.752,25	23.751.302,74	135,26%



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Variações patrimoniais aumentativas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	2022	2021	Análise Horizontal (2022 x 2021)	Análise Vertical (2022)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	886.828.509,62	170.281.906,23	420,80%	100,00%
Transferências e Delegações Recebidas	883.595.759,52	168.101.875,03	425,63%	99,64%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.092.598,73	1.575.572,14	96,28%	0,35%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	140.151,37	604.459,06	-76,81%	0,02%

As três principais contas das VPA's, conforme o quadro acima, são: Transferências e Delegações Recebidas, Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos e Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.

A conta **Transferências e Delegações Recebidas** representa 99,6% das VPA's, totalizando R\$ 883,6 milhões. Esta conta abarca as cotas recebidas do Tesouro Nacional para execução orçamentária por parte do CNJ. Percebe-se que houve um aumento de 425,6% em relação ao mesmo período do ano de 2021. Este aumento refere-se à descentralização orçamentária ao CNJ para o



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

pagamento de **precatórios judiciais** resultantes de causas processadas pela justiça comum estadual no valor de R\$ 712,2 milhões. Dessa forma, a Secretaria de Orçamento Federal descentralizou ao CNJ as dotações orçamentárias necessárias ao repasse financeiro aos tribunais de justiça.

O saldo restante desta conta, cerca de R\$ 171,4 milhões, refere-se à cota recebida do Tesouro Nacional para tornar possível a execução do cronograma anual de desembolso deste Conselho.

A conta de **Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos**, que representa 0,35% do total das VPA's, apresentou um crescimento de 96,3% em relação ao mesmo período de 2021. Essa conta reflete valores transferidos pelo CNJ a outros órgãos federais via Termo de Execução Descentralizada, que será tratado em tópico específico.

Por último, a conta **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**, com 0,02% do total das VPA's, reúne valores como multas administrativas recebidas de contratos vigentes, indenizações e restituições diversas. Essa conta apresentou uma variação negativa de 76,8% em relação ao mesmo período de 2021.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Variações patrimoniais diminutivas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	2022	2021	Análise Horizontal (2022 x 2021)	Análise Vertical (2022)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	830.951.757,37	146.530.603,49	467,08%	100,00%
Pessoal e Encargos	68.484.900,64	66.904.103,63	2,36%	8,24%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.731.925,20	2.703.349,98	1,06%	0,33%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	70.915.192,61	56.515.101,47	25,48%	8,53%
Transferências e Delegações Concedidas	4.684.292,95	16.536.016,9	-71,67%	0,56%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	683.568.806,88	3.273.670,29	20.780,81%	82,26%
Tributárias	447.794,92	423.736,35	5,68%	0,05%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	118.844,17	174.624,87	-31,94%	0,01%

As três principais contas dessa variação são, respectivamente: Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos; Transferências e delegações concedidas; e Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

A conta **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos** apresenta um aumento relevante em relação ao ano de 2021. Esta variação ocorreu devido à descentralização de dotações orçamentárias a este Conselho destinadas aos tribunais de justiça para pagamento dos débitos constantes de **precatórios judiciais** resultantes de causas processadas pela justiça comum estadual. A Secretaria de Orçamento Federal descentralizou ao CNJ (conforme explicado no item Transferências e Delegações Recebidas) as dotações orçamentárias necessárias ao repasse financeiro aos tribunais de justiça, conforme estabelecido no art. 30, § 2º, da Lei 14.194, de 20 de agosto de 2021 - LDO 2022. Esses repasses somam, ao final do terceiro trimestre, R\$ 681,2 milhões.

A conta **Transferências e Delegações Concedidas** apresentou a segunda maior variação (-71,7%) dentre as contas pertencentes ao grupo das Variações Patrimoniais, totalizando R\$ 4,7 milhões no período em contraponto aos 16,5 milhões em 2021 para o mesmo período, essa conta evidencia os repasses financeiros que o CNJ faz a outros órgãos federais via acordo ou TED. Portanto, a variação do período se deve à significativa redução de transferências dessa natureza durante o período analisado.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas apesar de não ser uma conta muito representativa dentro do conjunto de VPD's, a diminuição no pagamento a título de ressarcimentos à servidores (ajuda de custos; uso de telefones; e outros ressarcimentos) durante o período analisado, fez com que essa conta apresentasse uma variação significativa de - 31,9% em seu total.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

NOTA II – Análise Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	Análise Horizontal	Análise Vertical - 2022
ATIVO CIRCULANTE	152.943.080,82	89.945.716,96	70,04%	76,28%
Caixa e Equivalentes de Caixa	140.421.037,33	76.696.372,68	83,09%	70,04%
Créditos a Curto Prazo	10.260.352,19	10.006.896,88	2,53%	5,12%
Estoques	337.373,39	500.651,20	-32,61%	0,17%
VPDs Pagas Antecipadamente	1.924.317,91	2.741.796,20	-29,82%	0,96%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	47.555.505,28	52.354.960,78	-9,17%	23,72%
Imobilizado	40.983.063,95	43.884.942,16	-6,61%	20,44%
Intangível	6.572.441,33	8.470.018,62	-22,40%	3,28%
TOTAL DO ATIVO	200.498.586,10	142.300.677,74	40,90%	100%
PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	Análise Horizontal	Análise Vertical - 2022
PASSIVO CIRCULANTE	146.731.453,92	145.429.277,91	0,90%	73,18%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar	1.456.168,23	165.051,58	782,25%	0,73%



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Fornecedores e Contas a Pagar	74.570,72	8.300,00	798,44%	0,04%
Demais Obrigações a Curto Prazo	145.200.714,97	145.255.926,33	-0,04%	72,42%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	146.731.453,92	145.429.277,91	0,90%	73,18%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	Análise Horizontal	Análise Vertical - 2022
Resultados Acumulados	53.767.132,18	-3.128.600,17	-1818,57%	26,82%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.767.132,18	-3.128.600,17	-1818,57%	26,82%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	200.498.586,10	142.300.677,74	40,90%	100%

Ativo

Caixa e Equivalentes de Caixa

Contém o saldo em caixa na Conta Única da União com o somatório dos valores em caixa e em depósitos bancários disponíveis, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade. O CNJ não gera receita diretamente, as receitas que suportam as despesas são oriundas de cotas repassadas pelo Tesouro



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Nacional. O saldo em Caixa se refere aos valores não utilizados até o momento. O aumento em 83% na conta caixa se deve ao recebimento de financeiro para pagamento de **Precatórios**.

Créditos a curto prazo

Compreende os valores a receber decorrentes dos adiantamentos a pessoal. Os adiantamentos referem-se à antecipação de salários, adiantamentos de 13º e adiantamento de férias e outros tipos de adiantamentos. Essa conta representa 5% do total do ativo, e aumentou 2,5% em relação ao ano anterior. Cerca de 99% dessa conta se refere à repasses de recursos financeiros via TED. Esses repasses aparecem no Ativo quando da concessão da programação financeira ao órgão descentralizado e somente serão baixados do Ativo no momento da prestação de contas pela descentralizada. A queda percentual se deve a comprovação de valores repassados.

Estoques

A conta de estoques não só abrange o estoque interno do CNJ, bem como recebe valores projeto de cooperação técnica internacional firmado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o CNJ (BRA/18/019), para realização de coleta de informações biométricas para identificação civil das pessoas privadas de liberdade. Dessa forma, para a consecução



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

dos objetivos pretendidos no projeto, o PNUD, organismo internacional cooperante, promoveu a aquisição de kits biométricos (aumentando a conta de estoque do CNJ) que foram transferidos ao CNJ para posterior doação aos tribunais regionais e justiça federal (reduzindo a conta de estoque do CNJ). A redução de 32% em relação ao ano de 2021 se deve, boa parte, a essas transferências aos tribunais.

VPDs Pagas Antecipadamente

Trata-se de pagamentos antecipados cuja apropriação da despesa ocorre pelo fato gerador. Aqui, o CNJ emprega recursos para **assinatura de jornais, seguro da frota e direitos de uso de software** por tempo determinado quando há pagamento de todo direito de uso de forma antecipada. Com o passar do tempo, o uso do serviço contratado vai sendo levado ao resultado e a conta de pagamento antecipado vai sendo reduzida. Isso explica a diminuição do saldo dessa conta em aproximadamente 30% em relação ao ano de 2021.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Imobilizado

Compreende os bens móveis e imóveis da entidade. A redução de 6% se deve não só à apropriação da cota mensal de depreciação, bem como baixa de paredes divisórias para ajuste de layout.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Assim, apresenta o valor líquido entre as aquisições de softwares e suas correspondentes amortizações. Consta uma diminuição em relação ao ano anterior decorrente da amortização e baixa de softwares com vida útil expirada. Houve uma diminuição. A variação (redução de 22% em relação ao mesmo período do ano passado) é composta pela: soma pela aquisição de novas licenças; redução pela apropriação das amortizações mensais e baixas de softwares cuja vida útil foi finalizada (menos R\$ 63 mil em julho).



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Passivo

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais e outros com vencimento no curto prazo. Apresenta uma variação positiva de 782% em relação ao ano anterior. Essa variação se deve, em especial, à apropriação **por competência de parcela do décimo terceiro salário mensalmente**. As variações horizontais tendem a ser altas pois a conta de Decimo Terceiro Salário a Pagar tem seu saldo zerado anualmente

Fornecedores e Contas a Pagar

Compreende as obrigações junto a fornecedores a curto prazo decorrente de serviços contratados e aquisições. O aumento de 798% deve-se a contas apropriadas em setembro e pagas em outubro.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores. Aqui consta quase a totalidade do passivo circulante e cerca de 72% do total do passivo. Desse total, 99% refere-se a transferências financeiras a comprovar via TED, ou seja, transferências recebidas pelo CNJ para prestação de contas ao ente descentralizador do recurso após a devida execução. Quando a prestação de contas, o valor é baixado do passivo.

Patrimônio Líquido

O **Resultado Acumulado** é resultado da ponderação entre o Resultado do Exercício de 2022, que foi superavitário em R\$ 53,7 milhões, ou seja, da ponderação entre Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) as VPAs, entre janeiro e setembro, foram maiores que as VPDs.

Some-se a isso, o Ajuste de Exercícios Anteriores, positivo em R\$ 1 milhão (destaca-se o montante de R\$ 494 mil reconhecido como **despesa de pessoal** de exercícios passados), que abriga o reconhecimento de Despesas de Exercícios Anteriores e ainda o Resultados de Exercícios Anteriores, ou seja, VPA's e VPD's acumuladas até 2021, que foi deficitário em R\$ 3,1 milhões.



Poder Judiciário

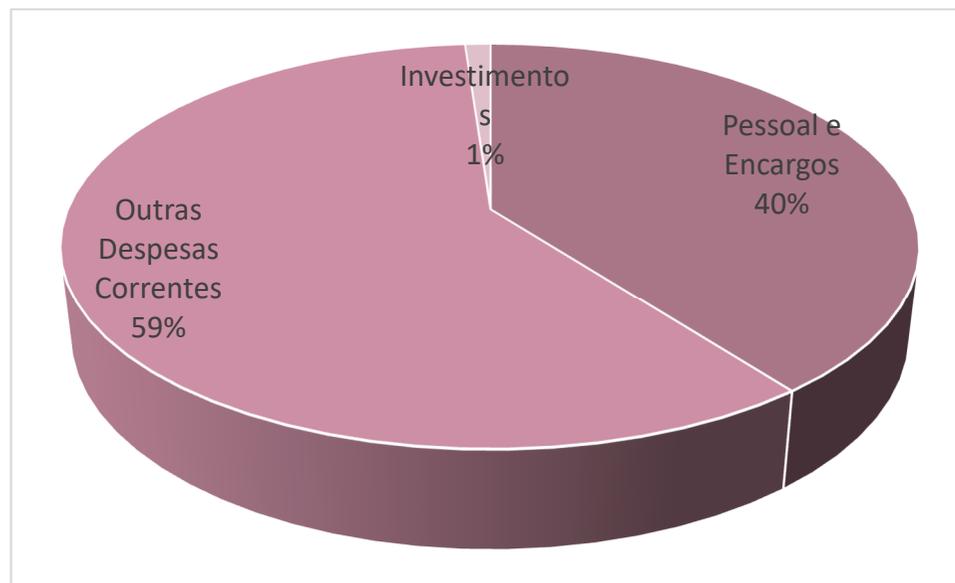
Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

NOTA III – Execução do Orçamento do CNJ



A dotação atualizada do CNJ para o ano de 2022 é de R\$ 228,8 milhões de reais distribuídos entre os três grupos de despesas: Pessoal e encargos sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos, como consta no gráfico.

O CNJ recebeu mediante Destaque (transferência de créditos entre unidades gestoras de órgãos de estruturas diferentes) créditos (**R\$ 681 milhões**) para pagamentos de **PRECATÓRIOS** devidos pelos Tribunais do Poder Judiciário. Esse valor não consta na Dotação atualizada do CNJ uma vez que essa transferência é realizada após o estabelecimento dos Orçamentos de cada Unidade Gestora pela LOA (Lei de Orçamento Anual).



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

No entanto, os valores referentes aos precatórios constarão na execução da despesa do órgão que será demonstrada a seguir, justificando os valores superiores às Dotações apresentadas anteriormente.

Execução da Despesa

Considerando que o Destaque recebido para pagamento de **Precatórios (R\$ 681 milhões) foi completamente pago**, a execução de despesa **apenas do orçamento do CNJ** recebido na LOA (R\$ 228,8 milhões) está como consta no gráfico:



Poder Judiciário

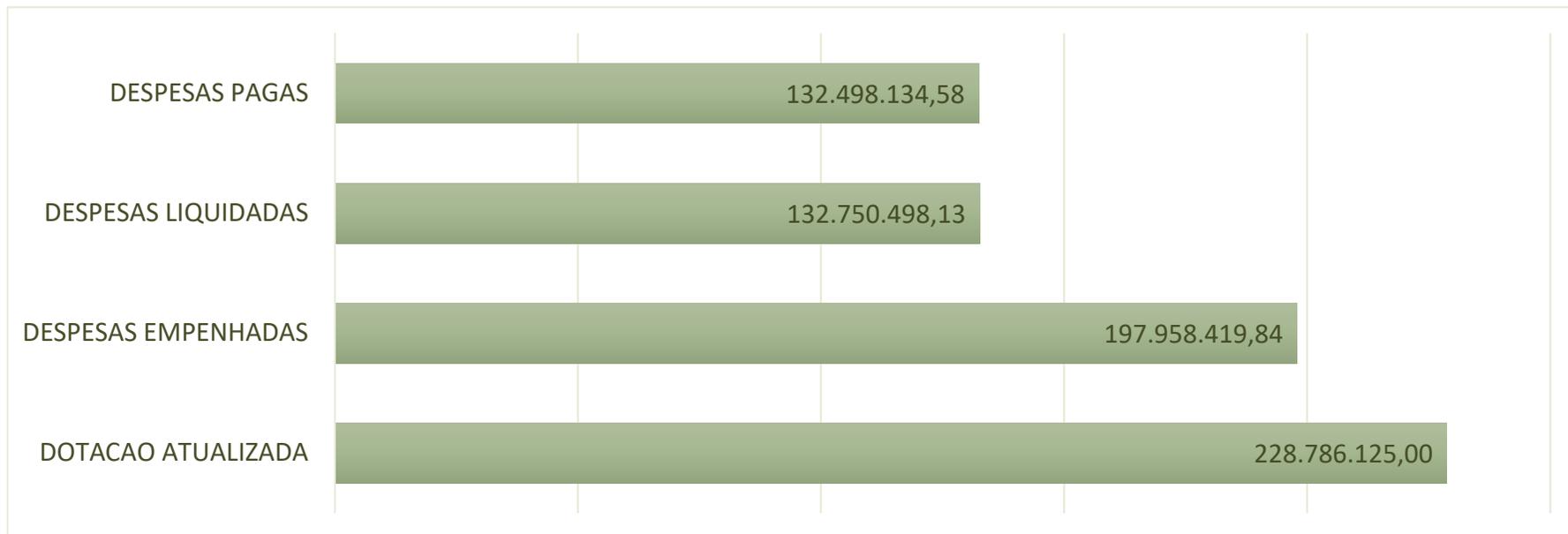
Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Execução Resumida do Orçamento do CNJ até o 3º trimestre de 2022





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Execução da Despesa por Grupos

Pessoal e Encargos Sociais

São despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a cargos e funções, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza.

Os elementos mais relevantes são: Vencimentos e Vantagens Fixas e Obrigações Patronais – R\$ 80 milhões em orçamento

Por serem previsíveis, as despesas deste grupo são empenhadas no início do exercício e executadas no decorrer do ano. Isso posto, até o momento tem-se:

Dotação atualizada	Empenho	Pagamento
R\$ 90.627.019,00	R\$ 84.840.244,87	R\$ 62.180.984,60
100%	93%	67%

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Tesouro Gerencial



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Outras Despesas Correntes

Possui uma significativa alocação dos recursos do CNJ, pois abrange despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica e outras "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

Além disso, nesse último trimestre, com a centralização pelo CNJ dos valores devidos a título de **PRECATÓRIOS** pelos Tribunais, temos ainda nesse grupo de despesa a execução dos valores recebidos por Destaque (já mencionado anteriormente) do Governo Federal. Por esta razão, os empenhos são maiores do que a dotação atualizada:

Dotação atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
R\$ 135.541.717,00	R\$ 794.086.144,99	R\$ 751.641.966,39	R\$ 751.398.853,03



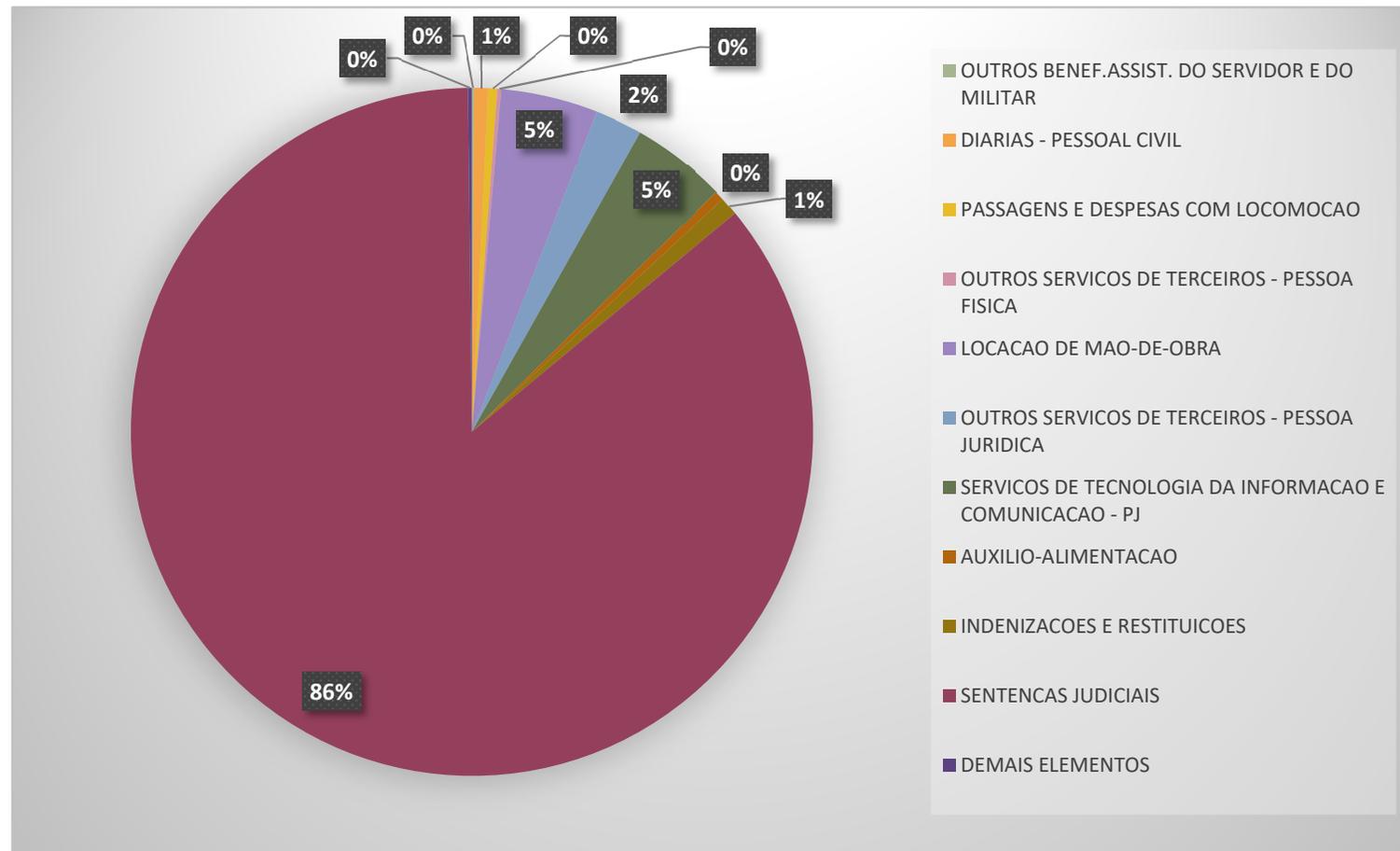
Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE



Distribuição o total empenhado até setembro/22 (R\$ 794 milhões) por elemento de despesa do grupo Outras Despesas Correntes



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Sentenças Judiciais

Este elemento sozinho corresponde a 87% (R\$ 681,2 milhões) do valor total empenhado em Outras Despesas Correntes, o qual foi totalmente pago. O elemento abrange os valores dos Precatórios incluídos na Lei do Orçamento e as despesas correlatas como Honorários Sucumbenciais de Precatórios e Honorários Contratuais de Precatórios – Natureza Alimentícia.

Locação de Mão de Obra

Abrange despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas, tais como limpeza, apoio administrativo, técnico e operacional, vigilância ostensiva, limpeza e conservação das dependências, manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de copa, cozinha e incêndio... ou seja, serviços para os quais não há previsão no quadro de carreira de servidores do órgão e que, portanto, precisam ser contratados à parte, mas sem que se refira à substituição de servidor.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

O elemento representa 5% (R\$ 36 milhões) do empenho total do Grupo de despesa, desse valor, R\$ 21,7 milhões foram pagos até o segundo trimestre de 2022.

Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

São despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, não classificadas em outros elementos de despesa, tais como: locação de equipamentos e softwares, desenvolvimento e manutenção de software, hospedagens de sistemas, comunicação de dados, suporte de infraestrutura de TIC, serviços técnicos profissionais de TIC, serviços relacionados a computação em nuvem, treinamento e capacitação em TIC e outros. A tendência do mercado é que os gastos com softwares migrem do modo de aquisição de licença perpétua (Investimento) para o modo de subscrição de uso (aluguel - Despesas Correntes).

Até o terceiro trimestre de 2022, o elemento representa 5% (R\$ 35,8 milhões) do empenho total do Grupo de despesa, desse valor, R\$ 20,5 milhões de reais já foram liquidados e pagos.

Outros Serviços de Terceiros



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

São despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas não classificadas em outros elementos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis etc.

O elemento representa 2% (R\$ 7,8 milhões) do empenho total do Grupo de despesa, desse valor, R\$ 10,7 milhões de reais já foram liquidados e pagos.

Investimentos

Investimentos são despesas orçamentárias com softwares, planejamento e a execução de obras e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Até o encerramento do presente trimestre tem-se:

Dotação atualizada	Empenho	Pagamento
R\$ 2.617.389,00	R\$ 227.304,55	R\$ 113.571,52
100%	9%	4%

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Tesouro Gerencial



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

O CNJ empenhou no elemento “Obras e Instalações e Equipamentos e Materiais Permanentes” um total de R\$ 41,6 mil, e liquidou e pagou R\$ 25 mil. Já em “Equipamentos e Materiais Permanentes” que envolvendo despesas com Mobiliário em Geral, Peças Não Incorporáveis a Imóveis, Coleções e Materiais Bibliográficos e Obras de Arte e Peças para Exposição, empenhou R\$ 475 mil e pagou R\$ 88,5 mil.

A maior parte deste orçamento (R\$ 2 milhões) está “a detalhar”.

NOTA IV – Restos a Pagar

Consideram-se Restos a Pagar (RP) ou resíduos passivos as despesas empenhadas mas não pagas dentro do exercício financeiro. A Lei 4.320/1964 distingue os Restos a Pagar em processados (RPP) e não processados (RPNP). Os “processados”, passaram pelo estágio de liquidação da despesa e aguardam pagamento. Já os “não processados”, foram empenhados e estão pendentes de liquidação e pagamento.



Poder Judiciário

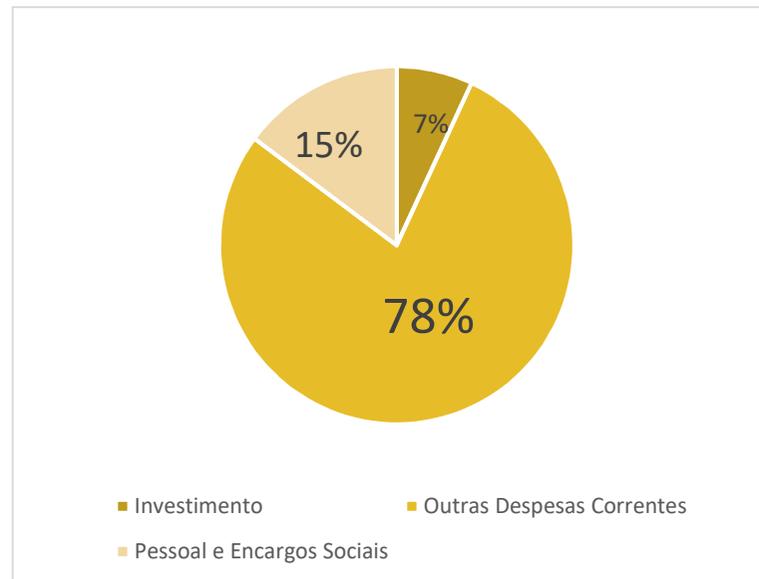
Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

O total inscrito em RP em 31.12.2021 no Órgão para execução durante o exercício de 2022, foi R\$ 5 milhões: R\$ 4,8 milhões em RPNP e R\$ 216,6 mil em RPP (inscritos e reinscritos de exercícios anteriores) distribuídos, por grupo de despesa, da seguinte forma:





Poder Judiciário

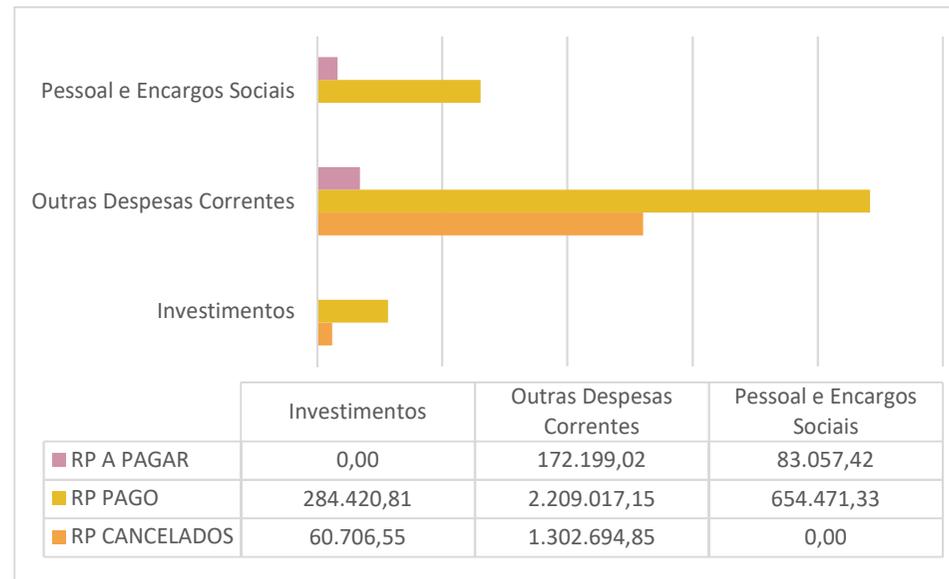
Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Até o encerramento do terceiro trimestre, dos 5 milhões inscritos e reinscritos: R\$ 1,4 milhão foi cancelado, R\$ 3,4 milhões foram pagos e R\$ 255 mil restam pagar. Demonstrado no panorama por grupo de despesa a seguir:





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

PESSOAL E ENCARGOS: 15% do total inscrito são para despesa com pessoal (R\$ 738 mil): Destes, R\$ 654 mil foram pagos; R\$ 83 mil estão pendentes de liquidação para pagamento.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES: 78% do total inscrito no CNJ em RP são para despesas correntes. Do valor inscrito (R\$ 3,9 milhões) R\$ 1,3 milhões foi cancelado; R\$ 2,2 milhões foram pagos e R\$ 172 mil estão a pagar.

INVESTIMENTOS: 7% dos RP inscritos são para despesas com investimentos (R\$ 345 mil) dos quais: R\$ 284 mil foram pagos e R\$ 60 mil cancelados.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

NOTA V – Descentralização Orçamentária – Créditos Concedidos e Recebidos via TED

Para realização de atividades de interesse recíproco, são realizadas transferências voluntárias via Termo de Execução Descentralizada – TED. Os TED's viabilizam ao CNJ o cumprimento de sua missão de desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário. Nesse contexto, são duas as possibilidades: ou o CNJ recebe orçamento de outros órgãos federais para execução financeira no CNJ, ou ele concede orçamento para execução em outros órgãos federais, sempre com interesse mútuo em gerar algum produto. Porém, nesta seção, não será abordada a efetividade das ações, mas sim seus aspectos contábeis.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Créditos concedidos

Na tabela a seguir encontram-se todos os valores concedidos, os órgãos de destino e o status da execução destes valores. Dessa forma, é possível verificar que, dos valores firmados até o presente trimestre (R\$ 10,56 milhões), 3% (R\$ 292 mil) aguardam repasse e 97% (R\$ 10,2 milhões) já foram repassados e aguardam comprovação da utilização dos recursos.

CONVENENTE	INÍCIO DA VIGÊNCIA	FIM DA VIGÊNCIA	VALORES FIRMADOS	VALORES A REPASSAR	VALORES A COMPROVAR	VALORES COMPROVADOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	08/08/2020	30/11/2022	726.689,32	25.981,13	700.708,19	
COORDENACAO DE ORCAMENTO FINANÇAS DA DIRETORIA DE LOGÍSTICA POLICIAL DA POLÍCIA FEDERAL	17/05/2022	30/12/2022	278.536,52	13.284,78	265.251,74	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	01/01/2022	31/12/2022	1.045.106,76		1.045.106,76	
FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA	14/09/2022	31/12/2022	472.500,00		472.500,00	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	28/05/2019	27/05/2023	32.669,00	6.056,41	11.984,05	14.628,54
SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES - SETEL/MCTI	20/12/2019	19/12/2023	7.700.000,00		7.700.000,00	
CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL	24/11/2021	26/11/2026	300.000,00	246.274,33	53.725,67	
			10.555.501,60	291.596,65	10.249.276,41	14.628,54



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Secretaria de Telecomunicações - SETEL/MCTI (R\$ 7,7 milhões): trata-se de implementação da infovia fase 0 – Projeto Piloto – Interligação de alta velocidade via fibra óptica fluvial das cidades de Macapá (AP), Almeirim (PA), Santarém (PA) e Alenquer (PA).

Universidade Federal de Pernambuco (R\$ 726 mil): trata-se da transferência de créditos orçamentários e recursos financeiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), visando à realização do Projeto Laboratório de Mineração de Processos no Judiciário (CNJ/UFPE).

Coordenação de Orçamento e Finanças da Diretoria de Logística Policial da Polícia Federal (R\$ 278 mil): realização do II Curso de Formação da Polícia Judicial, destinado exclusivamente a 80 (oitenta) servidores do Poder Judiciário, da especialidade de Inspetores e Agentes da Polícia Judicial, cujas vagas foram destinadas a todos os Tribunais que possuem tais servidores em seus quadros.

Fundação Escola Nacional de Administração Pública (R\$ 472 mil): objetiva a destinado à realização de capacitação de servidores públicos do CNJ para aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades na área de Web Development, no programa de Coding Bootcamp Enap.

Conselho da Justiça Federal (R\$ 300 mil): tem por objeto a transferência de recursos do Conselho Nacional de Justiça para o Conselho da Justiça Federal, para custear as despesas decorrentes da realização de serviços gráficos de interesse institucional do CNJ

Supremo Tribunal Federal: acordo para conjugação de esforços entre os partícipes para o desempenho de suas atividades institucionais, mediante mútuo apoio administrativo e operacional.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Créditos recebidos

Ao final do 3º trimestre de 2022, os valores advindos de outros órgãos (de TED's vigentes e/ou a comprovar) somam R\$ 140,8 milhões, sendo que apenas R\$ 140 mil consta a receber e R\$ 144,6 milhões já foram repassados e restam a comprovar. Os valores e os status destes créditos podem ser visualizados individualmente na tabela a seguir.

ÓRGÃO DETENTOR DO ORÇAMENTO	INÍCIO DA VIGÊNCIA	FIM DA VIGÊNCIA	VALORES FIRMADOS	VALORES A RECEBER	VALORES A COMPROVAR	VALORES COMPROVADOS
DEPEN/DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS	23/10/2018	23/04/2023	20.000.000,00		20.000.000,00	
DEPEN/DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS	09/11/2018	09/05/2023	35.000.000,00		35.000.000,00	
DEPEN/DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS	20/12/2018	19/06/2021	35.000.000,00		35.000.000,00	
SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL	02/12/2020	01/10/2023	50.000.000,00		50.000.000,00	
SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	23/12/2020	31/12/2022	300.000,00		300.000,00	



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	27/08/2018	27/08/2023	100.000,00	42.592,71	0	57.407,29
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	30/09/2019	30/09/2024	100.000,00	97.960,78	2.039,22	
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	18/12/2020	31/12/2022	300.000,00		300.000,00	
			140.800.000,00	140.553,49	140.602.039,22	57.407,29

Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN (R\$ 90 milhões): trata-se de participação em diversos projetos, sendo 35 milhões para o Projeto Penas Inteligentes - Aperfeiçoamento, interoperabilidade e disseminação nacional do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU; 35 milhões para promoção da documentação civil das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, incluindo a execução do cadastramento da identificação biométrica; e 20 milhões destinados à redução da superlotação e superpopulação carcerária brasileira.

Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDD - do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP (R\$ 4,7 milhões): coordenação do Projeto “Justiça Começa na Infância - fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”.

Conselho da Justiça Federal (R\$ 50 milhões): tem por objetivo a execução de ações voltadas à inovação, transformação digital e efetividade na realização da justiça para todos.

Tribunal Superior do Trabalho (R\$ 300 mil) e **Superior Tribunal de Justiça** (R\$ 300 mil): organização técnica, operacional e logística da reunião anual da rede global de integridade judicial, realizada em Brasília.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

<p>Elaboração</p> <p>Luiza Mendes de Campos Priscila Karla da Silva Wink Rodrigo Miguel Sousa</p>	<p>Revisão</p> <p>Priscila Karla da Silva Wink Contadora do Conselho Nacional de Justiça CRC nº PE-023202/O Seção de Contabilidade – Secretaria de Orçamento e Finanças (61) 2326-5136/5128/5141</p>
---	--